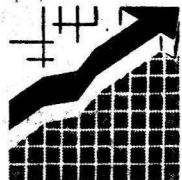


# Bancos buscam meios que garantam acordo

*Diante das dificuldades para entendimento com o FMI, o Brasil poderia investir reservas cambiais em organizações multilaterais*

PAULO SOTERO  
Correspondente



WASHINGTON — Um economista do Fundo Monetário Internacional deverá viajar

para Brasília no fim do mês para continuar o exame do programa econômico que o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, apresentou à instituição, no mês passado. Fontes oficiais consideram improvável, no entanto, que a visita conduza à negociação de um entendimento formal — a precondição para a efetivação do acordo entre o Brasil e os bancos credores, cuja montagem final começou esta semana em Nova York.

O País conta, em princípio, com US\$ 1,5 bilhão do FMI, do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar metade da aquisição inicial de papéis da dívida pública dos EUA e da Alemanha que precisa dar aos bancos, em garantia, na data da efetivação dos contratos.

**Alternativa** — Diante das dificuldades para um entendimento entre Brasil e FMI, começa a ganhar força, nos meios financeiros oficiais e privados, um cenário alternativo. O governo Itamar Franco seria convencido a investir parcela maior das

Epitacio Pessoa/AE—9/6/92



## Ceticismo

*Impressão que Michel Candessus teve do programa continua: FMI deseja um esforço fiscal bem maior*

confortáveis reservas cambiais, mediante algum tipo de compromisso de retorno do dinheiro, em desembolsos futuros das organizações multilaterais.

Parte poderia vir do próprio FMI, com o saque pelo governo de uma parcela equivalente a 25% da cota do Brasil na instituição — cerca de US\$ 750 milhões —, que é permitido em circunstâncias especiais, dizem funcionários brasileiros. A manobra pode provocar resistências no Congresso. Oficialmente, o governo não admite a alternativa e insiste que

continua a buscar o acordo.

As dificuldades na conversa com o FMI e a provável busca de uma solução intermediária para concluir o acordo com os bancos devem ficar mais visíveis quando o negociador da dívida, Pedro Malan, e o comitê de bancos concluírem o trabalho de reequilibrar as opções que os quase 900 credores fizeram entre os sete instrumentos de refinanciamento oferecidos pelo governo. Isso deve ocorrer em duas semanas.

De acordo com uma fonte próxima dos técnicos do governo e do FMI, a análise dos

números do programa econômico brasileiro confirmou o ceticismo que o diretor-gerente da instituição, Michel Candessus, expressou publicamente dias depois de Resende apresentar-lhe o programa. “A distância entre o esforço fiscal que o Fundo gostaria de ver e o ajuste que o governo brasileiro considera politicamente viável é muito grande”, disse a fonte.

**Projeção** — O governo projetou superávit primário (receitas menos despesas) equivalente a 4% do PIB, calculado em base de caixa, que registra apenas o que efetivamente entrou e saiu do Tesouro. O FMI, no entanto, não aceita esse método. Usa o regime de competência, pelo qual as obrigações do governo no pagamento de um empréstimo, por exemplo, são contabilizadas pro rata à medida em que os juros passam a ser devidos — e não somente quando são pagos.

Estimado por esse método, e supondo-se que o governo conseguirá efetivar todos os cortes de gastos e aumentos de arrecadação que propôs, o superávit embutido no programa brasileiro encolhe para algo em torno de 2,5% a 3%, ou metade dos 5,5% que o FMI considera necessários para eliminar o déficit operacional e criar as condições para a estabilização dos preços e a retomada do crescimento.